

13 SET 1991

RAUL CUTAIT

A imprensa tem abordado o tema dos incentivos fiscais, algumas vezes, com a conotação de que estes representam um desserviço à sociedade. Contudo, é importante que se entenda o seu significado no crescimento de um país. Historicamente, os incentivos fiscais foram criados como forma de se favorecer, de maneira direcionada, o desenvolvimento de setores específicos da economia. Ou, então, de atividades culturais, esportivas e de saúde, entre outras que, em geral, por motivos de mercado, não teriam condições para o crescimento desejado.

É evidente que os benefícios que advêm da aplicação de incentivos fiscais se relacionam não só com o acerto da área privilegiada, mas também com a eficiência dos mecanismos de controle de aplicação dos recursos. Este controle deve ser exercido tanto pelo governo quanto pela sociedade. Sem essa premissa, facilitam-se desvios e malversação de recursos.

Avaliando-se os incentivos fiscais existentes no País, observa-se que, na extensa lista de áreas beneficiadas, não se explicita o setor saúde. Esse aspecto causa estranheza, pois, embora de fundamental importância na estruturação de uma sociedade, a saúde aparentemente não vem recebendo no Brasil investimentos condizentes com as necessidades da po-



Incentivos para a saúde

pulação. As conseqüências são evidentes: a estrutura hospitalar está completamente degradada, a classe médica não mais consegue exercer com dignidade a profissão, em conseqüência dos salários aviltados e das inadequadas condições de trabalho e a população carente está sujeita a atendimento médico precário, quando não indigno.

A saúde engloba ações preventivas, educacionais e de atendimento de diferentes graus de complexidade. Dentro de uma política abrangente, é fundamental a atuação dos governos federal, estadual e municipal. Porém, é imprescindível a participação da comunidade, porque, entre outros motivos, se reconhece que não existem recursos em nível governamental para suprir todas as necessidades, mesmo que se eleve o nível de investimento de cerca de 3% para 10% do PIB, conforme estabelece o projeto de saúde do governo Collor. Além disso, a divisão de um grande bolo de recursos pode favorecer a corrupção, o clientelismo e a malversação. Assim, é preferível que se siga a tendência, cada vez mais universal e de alto teor democrático, de permitir e estimular a participação da comunidade nas atividades relacionadas com a saúde.

Acredito que existe uma inerente vontade da população de atuar mais ativamente nas questões de saúde. Os incentivos fiscais na área da saúde trariam um grande benefício para a sociedade, a exemplo do que acontece em outros países, pois estimulariam essa participação. Exemplos já existem aqui mesmo, no Brasil, onde programas especiais de organismos nacionais e internacionais têm gerado so-

ESTADO DE SÃO PAULO

luções particularizadas para problemas regionais, com maior eficiência e menor custo, sem o intermédio muitas vezes lento e voraz que é o governo. A sociedade quer contribuir, via incentivos, para projetos de saúde. Falta-lhe apenas o mecanismo adequado. Assim como já se estuda o resgate de incentivos fiscais para a área cultural, se poderia adotar semelhante esquema para a saúde.

Já é tempo de se tirar do governo o encargo de pagar a conta de todas as ações de saúde do atendimento de toda a população. Ao governo cabe definir metas e prioridades, assim como criar os mecanismos de normatização e de controle sobre as atividades e investimentos na área da saúde. Sobraria ao governo federal apenas o custeio de programas e projetos especiais que a comunidade tivesse dificuldades para absorver, tais como o controle de epidemias e endemias.

Um último aspecto a ser analisado é quanto à diminuição da arrecadação decorrente dos incentivos. Isto é irrelevante, uma vez que os recursos serão direcionados para uma área onde o governo habitualmente investe, muitas vezes, com menos eficiência por cruzeiro gasto. Paralelamente, esse novo sistema permitirá a cada cidadão envolver-se com alguma causa que motive e dignifique.

Sem dúvida, precisamos urgentemente de uma lei de incentivos para a saúde.

□ Raul Cutait, cirurgião do Hospital Sírio-Libanês e professor da Faculdade de Medicina da USP, é membro do Conselho Estadual de Saúde